



PEDIDO DE INFORMAÇÃO

Considerando que o presente visa assegurar a transparência nos atos da Administração Pública, especialmente no tocante à gestão fiscal responsável e ao cumprimento dos limites legais de despesa com pessoal.

Considerando o disposto no artigo 18, §§ 1º e 2º, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), na qual define o conceito de despesa total com pessoal e determina que valores referentes à terceirização de mão de obra que substituam servidores ou empregados públicos devem ser contabilizados como “Outras Despesas de Pessoal”, compondo o cálculo do índice prudencial;

Considerando o disposto no artigo 2º e seguintes da Lei 11.107/2005 (Lei dos Consórcios Públicos), estabelecem que os consórcios formados por entes federados podem executar serviços de interesse comum, inclusive com a utilização de pessoal contratado por meios desses consórcios;

Considerando que, de acordo com orientações do Tesouro Nacional, constantes do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) e do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), os repasses aos consórcios públicos devem ser contabilizados conforme a natureza da despesa – e, quando envolvem substituição de servidores municipais, devem integrar o índice de despesa com pessoal;

Considerando a apresentação do PPA para análise, onde consta a utilização dos consórcios CISMETRO e CEMIL para o exercício de 2026-2029;

Considerando o artigo 54, XVIII, da Lei Orgânica Municipal, que descreve que o chefe do Poder Executivo Municipal deve prestar as informações solicitadas, sob pena de infração político administrativa.

Diante dessas considerações, solicito ao Senhor Prefeito Municipal, o seguinte pedido de informação.

A) Durante a elaboração do PPA 2026-2029, foi realizado estudo de impacto financeiro referente aos gastos com consórcios públicos dos quais o município de Pirassununga participa? Caso afirmativo, encaminhar cópia do estudo de impacto e memória de cálculo que indique como valores dos consórcios foram classificados (se como custeio, investimento ou despesa de pessoal).

B) Houve análise prévia do reflexos desses gastos no índice prudencial de despesa com pessoal, conforme o artigo 18, §§ 1º e 2º, da LRF, acima descritos?

C) Favor prestar todos os esclarecimentos referente ao assunto, enviando cópia do processo na íntegra.

D) Prestar outras informações relativas à matéria.

Sala das Sessões, 03 de novembro de 2025.

Sandra Valéria Vadalá Muller - “Sandra Vadalá”

Vereadora

srgas



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
Município de Interesse Turístico

DESPACHO DA SECRETARIA LEGISLATIVA

Este documento tramitou em conformidade com as diretrizes regimentais.

Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Pirassununga. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://pirassununga.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=DVTD4PN7H4CKMA17>, ou vá até o site <https://pirassununga.siscam.com.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

Código para verificação: DVTD-4PN7-H4CK-MA17